

# FMI e Brasil: ainda o impasse.

A negociação de certos pontos da nova carta de intenções que o Brasil deverá assinar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) continua difícil, o Fundo insiste na projeção de queda de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, enquanto o governo brasileiro quer utilizar como parâmetro do acordo a taxa de crescimento zero.

Ontem, a missão do FMI esteve reunida com o chefe da assessoria econômica da Fazenda, Edésio Fernandes Ferreira, e com o secretário geral, Mailson Ferreira da Nóbrega, para discutir as estimativas de expansão dos financiamentos rurais na atual safra. Segundo uma fonte do Ministério da Fazenda, em consequência dos novos Valores Básicos de Custeio (VBC) que deverão ser anunciados provavelmente amanhã, a expansão das aplicações do Banco do Brasil em custeio agrícola atingirá, ao longo do ano, 90%, contra a projeção original de apenas 63,4%.

Com a inflação projetada de 130% para o ano, a definição da taxa-base de crescimento do PIB assume fundamental importância para a fixação dos tetos para o déficit público em cruzeiros. Os termos iniciais do acordo com o FMI estabeleceram que o déficit público não passaria, este ano, de 8,8% do PIB, mas sempre com tetos trimestrais fixos em cruzeiros. Por isso, uma queda de 3,5% do PIB projetado significará tetos menores

para o déficit público do que com a projeção de crescimento zero, o que leva o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, a insistir na questão. A avaliação minuciosa da política fiscal, monetária e da área externa e a própria sistemática de trabalho dos técnicos do FMI — muito detalhista — tornam imprevisível qualquer estimativa em torno do prazo necessário para o acordo quanto ao texto final da nova carta de intenções do Brasil ao FMI. O prazo inicial era final de junho; em seguida, a expectativa ficou para meados de julho e, agora, os técnicos da Fazenda repetem apenas que é difícil avaliar, diante do trabalho ainda a realizar.

## Estatais

Horst Struckmeyer, um dos mais importantes membros da delegação do FMI que está no Brasil, reuniu-se ontem, por mais de duas horas, com o titular da Sest (Secretaria de Controle das Estatais), Nelson Mortada, para obter informações sobre as recentes alterações no orçamento das estatais para este ano. Segundo Mortada, o técnico do Fundo manifestou interesse em conhecer as repercussões, nos dispêndios das estatais com pessoal, de uma eventual aprovação da emenda do senador Jutahy Magalhães ao projeto de lei sobre alteração da CLT, instituindo, facultativamente, o regime de livre negociação nos reajustes salariais.